

Árvores desfiguram a Esplanada de Lucio

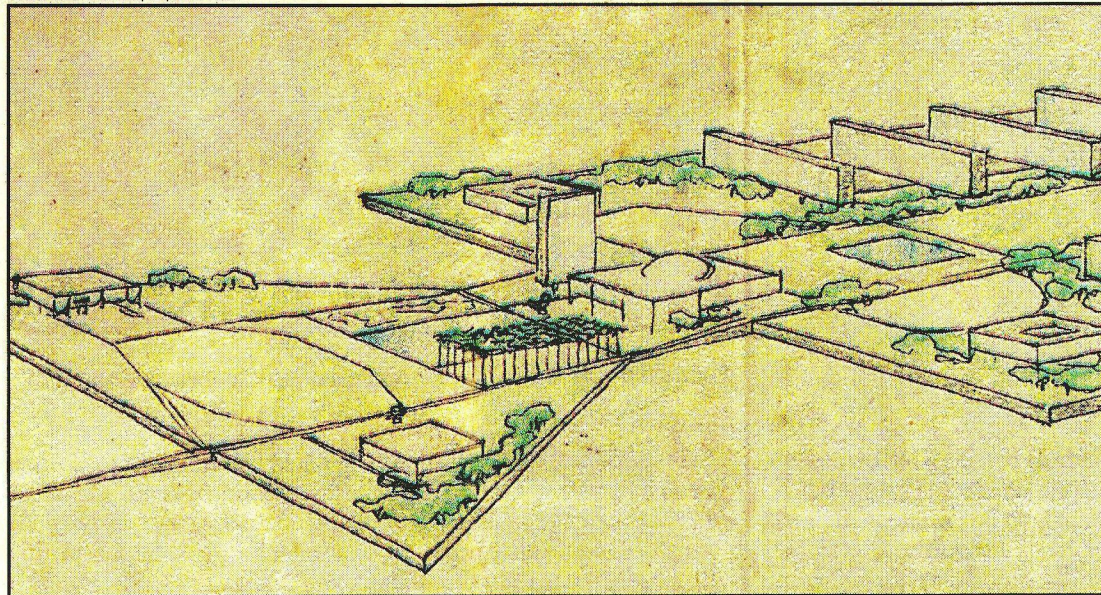
» ARIADNE SAKKIS

Um pedaço de papel amarelado pelo tempo resistem as linhas originais da Esplanada dos Ministérios. Lucio Costa as desenhou em 1957. Para deixar de ser croqui e se tornar obra, o projeto passou por alterações. Uma coisa, no entanto, jamais mudou. Até o fim da vida, o criador insistiu na manutenção de apenas um gramado no vão central. Hoje, a briga do pai passou para a filha. É ela quem encabeça a lista de críticos à construção de uma ciclovia e ao plantio de árvores no local. A principal objeção é que, depois que crescer, a vegetação vai comprometer a visão do conjunto da obra monumental, considerada Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco.

“Seguramente, (meu pai) não admitiria o plantio das árvores ao longo de uma ciclovia no canteiro central da Esplanada. Parece que estou vendo ele dizer: ‘Mas que ideia!’”, afirma Maria Elisa, presidente da Associação Casa de Lucio Costa (leia entrevista abaixo). Quando soube que 359 mudas ladeariam os 3,2 quilômetros de ciclovia e que a intervenção tinha parecer favorável da superintendência distrital do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), ela encaminhou uma carta ao órgão pedindo a remoção da vegetação “tendo em vista evitar a deturpação definitiva da identidade visual consagrada da nossa capital”.

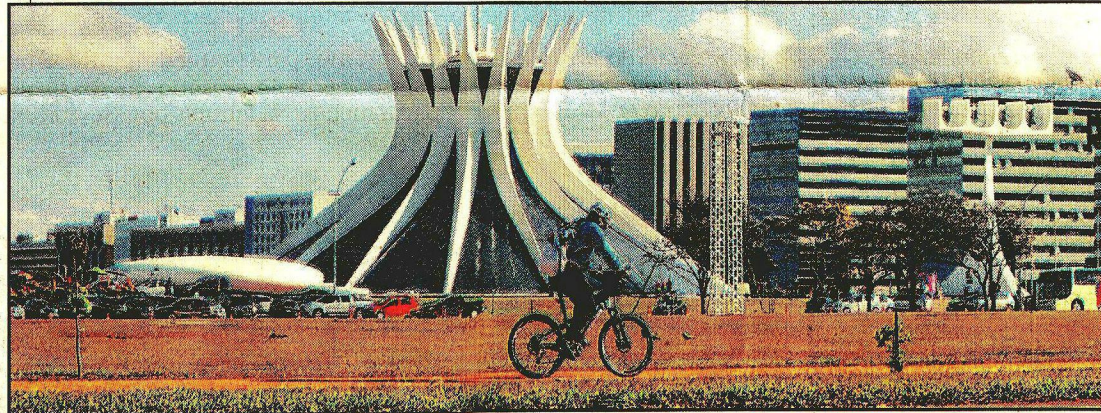
A expectativa dela é de que o assunto entre em pauta na reunião de hoje do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do instituto. Mas o superintendente do DF, José Leme Galvão Júnior, já adiantou que, em primeira ordem, o documento não

Fotos: Iano Andrade/CB/D.A Press



O projeto original não previa vegetação depois do espelho d'água do Congresso Nacional: silêncio

Arquivo Pessoal Lucio Costa



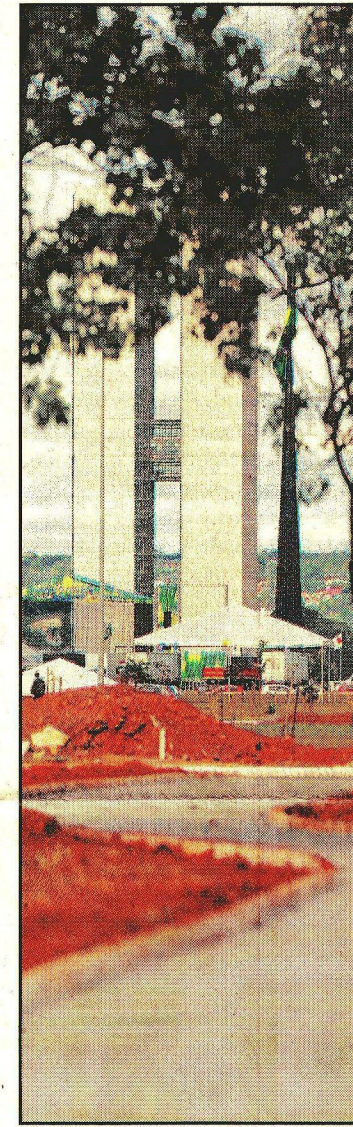
As obras da ciclovia e o plantio de 359 mudas, orçados em R\$ 60 milhões, começaram em abril: mobilidade urbana é a justificativa para a intervenção

será discutido. “Não é matéria para o colegiado se ocupar. É uma função do Executivo do Iphan”, explicou. O conselho, formado por nove membros de instituições públicas e 13 da sociedade civil, delibera sobre tombamento e registros de bens. “Para os demais assuntos, as sugestões podem ou não ser executadas”, afirma. Na visão do superintendente, nem a ciclovia

nem as árvores ferem a escala, tanto que ele aprovou o projeto.

A famosa pausa verde, irrenunciável na visão de Costa e de muitos especialistas, é o que permite que qualquer um, leigo ou erudito, tenha dimensão do conjunto da obra monumental. O presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil do Distrito Federal (IAB-DF), Paulo Henrique Paranhos, explica que os ele-

mentos formadores da Esplanada não podem ser vistos de maneira individual. Só fazem sentido se vistos como um todo. “Uma massa paisagística quebra a visão do conjunto. O próprio palácio do Congresso Nacional não é completo senão no contexto da Esplanada. Isso tem de ser preservado. É representativo da soberania de uma nação. A cidade não foi tombada à toa”, defende.



gramado”, critica. Para ele, a destinação do centro cívico a eventos de toda ordem, não apenas à ciclovia, é um sintoma do descaso das autoridades na preservação do espaço. “Se os gestores da cidade não contribuem para a educação patrimonial, evidentemente que ali vai aparecer todo tipo de acontecimento. De circo a campeonato de motocross.”

Amigo de Lucio Costa e ex-genro de Oscar Niemeyer, o arquiteto Carlos Magalhães amplia o foco da discussão. Para ele, não se trata apenas de manter limpo o vão entre o Congresso e a Rodoviária, mas de respeitar Brasília tal como foi proposta. “Também gosto de árvore, mas esse não é o ponto. A questão é as pessoas se conscientizarem se têm que defender o projeto de Brasília, se ele é importante para o Brasil ou se não. Não se podem fazer coisas para prejudicar o projeto que foi campeão”, avalia.

A Secretaria de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano (Sedhab) do Distrito Federal é a responsável pela concepção da ciclovia, enquanto a execução, em curso desde abril, é de competência da Secretaria de Obras. A intervenção faz parte de um pacote de obras para mobilidade urbana, orçado em R\$ 60 milhões. Em entrevista ao *Correio* na semana passada, o secretário adjunto da Sedhab, Rafael Oliveira, garantiu que as inovações salvaguardam a concepção de Brasília. “Não há mudança no desenho urbanístico, nem nas escalas. Não queremos fazer um bosque, mesmo porque as espécies são do cerrado. Trata-se de dar ambiência, conforto ambiental”, justificou.

Colaborou Nahima Maciel